

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

O Conceito de Internalização em Vygotsky: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana

Tânia Maria de Freitas Rossi

Doutora em Psicologia; coordenadora de pós-graduação Stricto Sensu - UNICESP

Email: taniemrossi@gmail.com

Carlos Felipe de Freitas Rossi

Mestre em Psicologia; professor do UNICESP

Email: feliperossibsb@gmail.com

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq

Resumo:

A Psicologia Histórico-Cultural inspira-se na origem social das funções psíquicas superiores, cujo cerne é a existência de um processo de (re)constituição, no nível individual, de funções originárias do (no) nível social, denominado *internalização*, conceito com sentidos e significados que variam à mercê da tradição teórica empregada. Analisa-se, desde a perspectiva de Peirce, a internalização expressa no modelo heurístico do gesto de apontar oferecido por Vygotsky, ilustrativo do desenvolvimento de um signo indicial. Evidencia-se que a internalização, como ato de significação, é uma semiose na qual o adulto interpreta a sensorialidade do signo de primeiridade, degenera o signo de terceiridade até o interpretante tornar-se uma cadeia infinita de signos e significar algo para o infante.

Palavras-chave: internalização; análise semiótica; significação.

Resumen:

El concepto de internalización en Vygotsky: algunas aproximaciones teóricas desde una perspectiva semiótica

La Psicología Histórico-Cultural se inspira en la génesis social de las funciones psíquicas superiores, cuyo corazón es la existencia de un proceso de (re)constitución, al nivel del individuo, de funciones originárias socialmente, llamado internalización, concepto que presenta sentidos y significados cambiantes de acuerdo con la tradición teórica utilizada para ello. Se analiza, desde la perspectiva de Peirce, la internalización expresa en el gesto de apuntar ofrecido por Vygotsky, ilustrativo del desarrollo de un signo indicial. Se evidencia que la internalización, mientras acto de significación, es una semiosis en la cual el adulto entra en contacto y interpreta la señal de sensorialidad del signo de primeridad (firstness) a el niño. Por medio de degeneraciones del signo de terceridad (thirdness), esto otro social explicita como el interpretante se convierte en una cadena infinita de signos y pasa a significar algo para el niño.

Palavras-clave: internalización; análisis semiótica; significación.

A perspectiva histórico-cultural em Psicologia inspira-se na origem social das funções psíquicas superiores, cujo cerne é a existência de um processo de (re)constituição, no nível individual, de funções originárias do (no) nível social, denominado *internalização* (VIGOTSKI, 2001). De uso relativamente frequente na literatura psicológica, esse termo apresenta muitos sentidos e alguma zona de estabilidade em torno de um significado que varia de acordo com a tradição teórica empregada. Pode aparecer como sinônimo de interiorização ou de apropriação e o corpo teórico-epistemológico de uso do termo designará ordens variadas de fenômenos, com características particulares. Este trabalho intenta analisar, do ponto de vista teórico, o processo de internalização, ou seja, como a esfera intersubjetiva possibilita a constituição de modalidades de ação individual, tomando como âncora algumas contribuições da semiótica (PEIRCE, 1978; 1991).

Werstch (1991) questiona a necessidade do conceito de internalização enquanto instrumental teórico útil, uma vez que pode levar ao indesejável recuo de se propor estudos acerca da existência interna da mente e a comprometimentos teóricos já superados, que pressupõem que a mente opera com cópias internas da realidade. Nesse sentido, sugere uma mudança terminológica – a eliminação da *internalização* e sua substituição por *mastery* - ou outro termo com potencial para suprimir o dualismo interno-externo e manter um entendimento do processo de constituição das funções psíquicas superiores desvinculado da matriz cartesiana. A sugestão de que a oposição interno-externo, conforme o autor situa, poderia ser resolvida a partir da postulação de um novo termo, não assegura, entretanto, a superação da explicação atual do fenômeno, que se estabelece na esfera simbólica e não indica alternativas de solução conceitual para a compreensão dos mecanismos da mediação semiótica, decorrente do conceito original de Vygotsky. A carência de análise abre brechas para se pensar que o externo seria de interpretação mais fácil.

Assume-se, aqui, a tensão fundamental entre os aspectos individual e social da ação mediada, isto é, entre o interno e o externo. Há, nessas dimensões, uma conexão inextrincável cuja distinção apenas é permitida analiticamente na abordagem histórico-cultural, pois, sem dúvida, o estudo do conceito de internalização passa ao largo da admissão da existência de uma mente interna. Esse esforço teórico-metodológico não recai em

mudanças de nomenclaturas ou denegação de conceitos, ao contrário, pressupõe elaborações que viabilizem a explicitação do conceito de internalização, tentativas efetivadas, por exemplo, por Baldwin (1955) e Piaget (1971).

Baldwin (1955), um dos precursores no lançamento das bases para a compreensão do desenvolvimento humano enquanto fenômeno eminentemente social, ao analisar o processo de internalização de um dado conhecimento, enfatiza que o sujeito estabelece critérios de cunho privado, uma modalidade própria de determinação sistemática, em harmonia essencial com a demanda social. Geneticamente, a constituição do conhecimento no plano privado reflete o plano social. O ambiente social, enquanto instância de heterogeneidade, impõe ao sujeito a necessidade de tratamento seletivo das múltiplas diferenças constitutivas do lócus social. Desposando argumentos inscritos na linha de análise sócio-genética, Baldwin já atribuía ênfase à natureza interpessoal do desenvolvimento psicológico humano, rompendo com a tradição meramente intrapessoal. O conceito de internalização, tal como o considera o autor, intenta explicitar como o especificamente humano origina das relações sociais em lugar de precedê-las. O indivíduo não é um eu individual socializado, mas um eu social individualizado (BALDWIN, 1955). Em outros termos, a natureza social de um sujeito se expressa na sua individualidade e a constituição do sujeito, embora ocorra socialmente, não é, a rigor, apenas uma mimese do plano social no qual ele se insere. Assim, a internalização configura uma espécie de "determinação sistemática" que tem lugar através de mecanismos de seleção nos quais, de um lado, aparecem significados gerais em contextos gerais, no plano individual e, de outro, generalizações das variações de pensamentos que se estabelecem no social. Por meio da internalização, os atos utilizados pela criança para descrever a si mesma em pensamento, antes só possível ao outro social, são imitados desse outro, transformados e trazidos para o pólo oposto. Ela descobre que o conteúdo pode ser aplicável com um significado mais rico e com um valor modificado.

Noutra tradição teórica, a epistemologia genética, Jean Piaget (1971) estuda o processo pelo qual a criança distingue o mundo externo e objetivo do mundo interno, subjetivo, ou seja, interessa a ele verificar até que ponto a criança acreditaria, de maneira similar ao adulto, na existência do mundo real enquanto uma entidade consensualmente aceita ou seria confundida com as produções imaginárias da própria

crença infantil. Piaget argumenta que, embora o pensamento da criança seja influenciado, em parte, pelo pensamento do adulto, persevera a manutenção de uma originalidade primária, própria do infante, responsável e fonte de uma distorção ideativa do mundo objetivo. Aponta o desenvolvimento mental como a história da progressiva socialização do pensamento da criança — um processo em que ela inicialmente resiste à adaptação social, em função da originalidade primária e, apenas de modo gradativo, torna-se permeável ao pensamento adulto. Via aparentemente dissonante, envolve duas linhas de desenvolvimento. A primeira é de natureza centrípeta, abarca a incorporação de ações que levam à construção do universo representativo. A segunda, de natureza centrífuga, estabelece uma descentração progressiva, expondo a criança ao mundo físico dos objetos (construção do real) e ao mundo social (socialização).

Piaget intitula essa transformação crítica que ocorre na estrutura mental da criança de *interiorização das ações*, uma reconstrução de ações ou materiais externos no nível mental ou interno (PIAGET, 1973), operação que se ancora na função simbólica e tem lugar no desenvolvimento infantil ao final do período sensório motor. Ao explicitar as dificuldades de uma criança pequena que se depara com um problema não passível de resolução através de esquemas motores que lhe sejam familiares, isto é, com a necessidade de reconstrução de ações complexas no plano mental, Piaget sustenta que a ação da criança transita gradativamente para formas representacionais. A interiorização da ação requer sua reconstrução em um nível simbólico de representação. A imagem ou representação da ação não configura uma cópia, pois confronta-se com a assimilação da ação, ou seja, envolve uma participação do sujeito no sistema de transformação do qual a ação ou objeto é produto. O elemento representado, assim considerando, engendra uma imagem ao mesmo tempo figurativa e operativa: é uma representação da transformação do objeto. Pode-se, então, afirmar que a interiorização é um tipo de conversão do real para o representacional, a partir do processo perceptivo.

Interiorização, para Piaget, e internalização, para Baldwin, são processos desenvolvimentais nos quais o sujeito, imerso no mundo social, constrói a representação do real. Piaget avança na compreensão desse movimento e tenta tornar sua interpretação do fenômeno mais consistente ao inseri-lo no funcionamento simbólico. Não obstante, parece ainda lacunar como essa função emerge e os modos

pelos quais ela opera. A assimilação e a acomodação, enquanto invariantes funcionais, não explicitam como ocorre a conversão do real para o representacional. Piaget não nega a participação do contexto histórico-cultural nesse processo, porém não o considera como instância determinante a ponto de buscar compreender sua participação. Baldwin, muito cedo, compreendeu os perigos de estereotipar o meio social circundante do sujeito em termos de conceitualizações estáticas. Ele postulou que o mundo social do sujeito em desenvolvimento é variável, particularmente devido à construção pessoal engendrada pelo sujeito, que é agente atuante nesse mesmo mundo social. Entretanto, não parece suficientemente delineado na teorização como esses mecanismos seletivos se estabelecem, como passam a constituir, no plano individual, generalizações das variações do pensamento corrente no contexto social, a dimensão e valor da operação semiótica que aí ocorre e, ainda, não relaciona as influências societárias sobre o desenvolvimento ontogenético.

Na perspectiva de Vygostky (1997), em acordo com as postulações de Baldwin e Piaget, encontra-se presente a rejeição explícita de que as estruturas de atividade interna e externa sejam idênticas e a relação entre essas dimensões seja estática. Vygotsky, sustenta que existe uma relação de cunho genético ou desenvolvimental que vincula a atividade externa à interna cujo cerne está em explicitar como os processos externos são transformados para criar os processos internos. Para este autor, há duas linhas de funcionamento psíquico. A primeira, de natureza filogenética, origina as funções básicas e, ao mesmo tempo, constitui as raízes biológicas das funções psíquicas superiores, de origem sócio-cultural: não apenas as funções básicas constituem fundamento para as superiores como também estão submetidas a um processo de metamorfose constante, entre o que é dado biologicamente e o que é culturalmente adquirido.

Sustentando que o sujeito constitui suas formas de ação e sua consciência nas relações sociais, Vygostky (1989) avança na compreensão e superação da dualidade social/individual. Na abordagem histórico-cultural, a superação não *elicia* ou determina uma relação de oposição de maneira compulsória. A lógica clássica fundamenta-se na argumentação de que toda lógica é necessariamente real e, corresponde, assim, à realidade. De maneira análoga, a coerência ou incoerência do pensamento expresso pode coincidir ou não com a Verdade, com o real e o verdadeiro comportamento dos fatos da

natureza. Já na lógica dialética, a realidade enquanto expressão interpretada do Real, apresenta-se como uma interpenetração dos contrários e não apenas sua negação ou oposição estática. Trata-se de uma dinâmica na qual as entidades se constituem no processo de geração e no progresso da mesma entidade (PRADO JÚNIOR, 1973). Em decorrência, na lógica dialética, o individual e o social são entidades que não se opõem necessariamente, mas se interpenetram na constituição do sujeito, no processo de humanização do indivíduo. Essa acepção viabiliza pensar a relação entre o social e o individual em termos de vinculação genética, visto que a ação do sujeito é considerada a partir da ação entre sujeitos - campo ou espaço da intersubjetividade.

Do ponto de vista do desenvolvimento ontogenético, o plano intrasubjetivo de ação é formado pela internalização de capacidades geradas no plano intersubjetivo, plano este que não é o plano do outro, mas das relação do sujeito com o outro. Essa acepção implica processos dialéticos de transformação no locus simbólico dos conteúdos internalizados, descartando a dimensão de determinação do sujeito pelo outro ou de simples mimese dos conteúdos correntes na dinâmica. O problema crucial que aqui se impõe é como definir individual, social e suas interpelações, de um lado, e, por outro, qual a pertinência da distinção metodológica entre as esferas inter e intra psicológicas e dos instrumentos orientados externa e internamente.

Conforme assevera Leontiev (1981), o processo de internalização não é a transferência da atividade externa para plano interno preexistente da consciência e sim processo no qual este plano é formado. A entrada do sujeito no universo simbólico, pela apropriação dos mecanismos internalizados na produção/elaboração cultural, representa para o bebê a possibilidade de humanização.

O operador lógico que articula a origem das funções psíquicas e a natureza símica da atividade psíquica, na perspectiva vigostikiana, é a mediação semiótica. Alicerça-se na teoria marxista da produção, segundo a qual o desenvolvimento humano é o resultado da atividade do trabalho. Marx (1972) postula que o trabalho é, antes, um ato que se passa entre o homem e a natureza. O homem põe em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de conferir uma forma útil aos materiais da natureza e, ao mesmo tempo em que esse movimento age sobre a natureza externa e a modifica, modifica a própria natureza do homem. O trabalho configura o elemento condutor da ação do homem. O uso e a

criação dos meios de trabalho caracterizam de forma eminente o trabalho humano. O abandono definitivo do estado de natureza a que o ancestral do homem se vinculava desenvolvimentalmente é representado por sua entrada na cultura, com a passagem das atividades de coleta e predação para as de caça. Estas estariam impregnadas de registros, interpretações e classificações dos fatos da natureza através de signos indiciais e permitiram, através de sua elaboração/decifração, novas formas de desenvolvimento. Tal operação humana, eminentemente sógnica, transcende a mera interpretação sinalética dos animais e implica processos de análise, uma atividade mental que constitui a articulação lógica que une a sinalética à semiótica.

Será, portanto, através do trabalho, implicado em um projeto que se traduz em obra, que o homem ao mesmo tempo em que transforma a natureza para atender as suas necessidades, transforma-se, ele mesmo, desenvolvendo funções especificamente humanas. Vygotsky (1984, 1989) se propõe a explicar, referenciado em Marx (1972), a qualidade mediadora advinda da atividade do trabalho. A passagem da atividade prática dos animais à atividade humana ocorre quando esta é mediada externamente, isto é, quando a atividade passa a envolver o uso de meios externos, intencionando determinados objetivos. São dois os tipos de mediadores, os instrumentos e os signos. Os instrumentos são mediadores orientados para regular as ações sobre os objetos enquanto que os signos orientam a regulação das ações sobre o psiquismo das pessoas.

O processo de mediação implica uma forma especificamente humana e representa o resultado da ação da sociedade sobre os indivíduos no sentido de integrá-lo na rede de relações sociais e culturais, responsáveis pelo processo de humanização. Dessa forma, as funções psicológicas são, dialeticamente, efeito e causa da atividade social dos homens, produto de um processo histórico de organização da atividade social. O funcionamento no plano intersubjetivo permite criar o funcionamento individual, estabelecendo o caráter social e o caráter individual das ações, através da mediação semiótica. E o processo que cria um modo de funcionamento através do deslocamento da fonte de regulação do outro para o próprio sujeito é justamente a internalização. As estratégias que o outro emprega, no sentido de regular a ação do sujeito e as estratégias empregadas pelo sujeito para regular a ação do outro são transformadas em estratégias ou meios com os quais o

sujeito irá regular a própria ação. Torna-se ato voluntário fundamentado nessa relação de/pelo outro e na instauração do movimento de auto-regulação.

A análise do gesto de apontar no bebê é uma tentativa de identificação dos mecanismos pelos quais o plano intersubjetivo possibilita a elevação das formas de ação individual. Ou seja, fornece indícios de como o desenvolvimento funda-se no plano das interações, ilustrando o modo pelo qual o sujeito se apropria de uma ação ou modo de funcionamento que inicialmente possui um significado compartilhado.

Na emergência do apontar, inicialmente diante de uma “coisa” inacessível, a criança apresenta movimentos de alcançar e agarrar. Estes movimentos são interpretados pelo adulto e, através da ação deste, a “coisa” é “alcançada” pela criança. Com isso, os movimentos da criança afetam a ação do outro e não aquilo que se pretendia diretamente. A atribuição de significado que o adulto imprime à ação da criança permite que ela transforme o movimento de agarrar em apontar. O gesto forma-se pela mudança de função e estrutura dos movimentos que deixam de conter os componentes do agarrar (Vygotsky, 2001). A ação da criança dirigida a algo, no sentido de agarrar, desencadeia no outro uma reação em relação ao objeto. Um dos valores dessas ponderações está em demonstrar não apenas que o processo de internalização ocorre via mediação semiótica mas em considerar uma variedade de repertórios sógnicos que, conquanto seja explicitada pela língua natural, não tem nela a sua única fonte/forma de expressão.

A ideia de mediação semiótica representa, para Pino (1992), um elo epistemológico, um conceito chave que funciona como operador na articulação dos diferentes componentes do sistema teórico que preconiza, imprimindo-lhe unidade e coerência lógica. O conceito de mediação semiótica possui aportes que possibilitam a articulação conceitual dos processos de internalização e de objetivação das relações entre pensamento e linguagem ou da interação sujeito e objeto do conhecimento.

Não obstante o fato de serem pistas interessantes para se pensar como a criança constitui os primeiros signos, a emergência do gesto de apontar reclama uma análise dos processos de transformação envolvidos na significação do agarrar ao apontar e da natureza dos signos que circulam no espaço semiótico da intersubjetividade adulto-bebê. É necessário que se identifique o processo semiótico pelo qual o plano

intersubjetivo possibilita a elevação das formas de ação individual. Em outras palavras, como, no plano das interações, o sujeito se apropria de uma ação ou modo de funcionamento que inicialmente possui um significado partilhado. Essa tarefa necessita do concurso de uma teoria dos signos e alguns aportes da semiótica peirceana podem auxiliar a pensar o fenômeno.

A emergência do gesto de apontar: uma análise peirceana

Peirce (1991) apresentou uma abordagem genérica, única e suas derivações por meio da concepção do pensamento como um processo de interpretação do signo com base em uma relação triádica entre signo, objeto e interpretante. Para ele, um signo (ou representâmen) é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém; dirige-se a alguém; cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente. Representar significa estar em lugar de, ou seja, estar numa relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro. Trata-se de um Primeiro (representâmen) que se coloca uma tal relação triádica genuína com um Segundo, denominado seu objeto, de modo a ser capaz de determinar que um Terceiro, seu interpretante, assuma a mesma relação triádica com seu objeto, na qual ele próprio está em relação com o mesmo objeto. Em outros termos, o signo (representâmen) determina seu interpretante (significado) sendo que o signo é determinado pelo seu objeto. É por intermédio do signo que o objeto determina mediatamente o interpretante e, para que haja signo, é necessária uma relação triádica ordenada e completa.

A base da posição de Peirce (1978) é o postulado anti-cartesiano de que toda cognição é mediada por signos, isto é, através de veículos de expressão cujas regularidades estruturais representam as regularidades achadas na realidade. Cognição e realidade articulam-se na mediação semiótica já que esta é considerada um processo dialógico no qual um signo determina signos interpretantes subseqüentes enquanto, simultaneamente, estes formam representações dessa determinação, inserindo o sujeito no sistema simbólico e, então, social.

O adulto que tenta significar os gestos desconexos de um bebê, possivelmente em direção a um filtro que contém água, pode entender que a criança está com sede, deseja água e não é capaz de exprimir o seu desejo concretamente. Ele pode afirmar:

“Ah! Água!” e oferecer, em resposta à sua própria interpretação, água à criança que entra em contato com este Signo. O filtro e a água lhe são, de alguma forma, familiares, pois constituem o contexto de sua vivência cotidiana, ainda que não sejam conhecidos.

Ao ser apresentada a um Signo (representâmen), pela primeira vez, por intermédio de um outro social, a criança está diante de um Primeiro, algo da ordem da sensação (qualidade) que arregimenta um sentimento imediato compreendido como um instante de tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise. Absolutamente simples em si mesmo (Peirce, 1991), o Primeiro surge toda vez que o sentimento ou a consciência singular se torna preponderante na criança como esforço de significação de um Signo. Trata-se de uma “consciência” precária, que não se explicita a si mesma, apenas “sentida”. Se, em termos desenvolvimentais, a criança for impossibilitada de prosseguir a semiose, ou seja, a significação do signo, estará diante de um ícone cujo Objeto se materializa no próprio signo. O Signo necessita se relacionar com algo de outra forma conhecido.

Mas o Signo pode apenas representar o Objeto e referir-se a ele, sem proporcionar seu reconhecimento, ainda que se assente em uma certa familiaridade direta ou indireta que resulta de alguma informação (sentimento ou reconhecimento inicial) ulterior. A familiaridade é instituída pela inserção do bebê na cultura. Desde o nascimento, o bebê encontra-se exposto a uma série de estímulos muito diversos daqueles vivenciados no útero materno e, sobretudo, às ações e tentativas engendradas pelo outro social para inseri-lo no mundo. O choro, movimentos, sorrisos involuntários dentre outras atividades reflexas de origem filogenética da criança, por exemplo, são significados por seus cuidadores. Logo após o nascimento, a mãe já atribui sentidos diversos, por exemplo, ao choro da criança que, a despeito de sua indiferenciação natural inicial, é significado pela mãe como “choro-dor”, “choro-eu-querocolo”, “choro-fome”. A criança, então, gradativamente, manifesta modalidades de choro em consonância com os tais sentidos atribuídos pela mãe e cria o fundamento¹ do representâmen de cada modalidade de choro. Assim, as ações reflexas e funções psíquicas elementares são o ancoradouro das primeiras respostas infantis que, ao serem significadas, gradativamente lançam as bases para a construção dos signos de primeiridade.

Os primeiros signos infantis, são, pois, ícones, possuem um caráter que o tornam significativo mesmo que seu Objeto não exista. O adulto que desencadeia a criação dos primeiros signos na criança (significa que a criança tem sede porque realiza um movimento dirigido para o filtro e afirma: “Ah! Água!”), lida com signos mais evoluídos, os símbolos, que pressupõem uma regra que determinará seu interpretante. É uma lei ou regularidade que está corporificada em “individuais” e descreve algumas de suas qualidades. O constituinte de um Símbolo pode ser um Índice e um outro constituinte pode se um Ícone.

O adulto realiza a degeneração do símbolo para possibilitar a significação do signo por uma criança. O adulto está na cozinha com a criança, que se movimenta em direção ao filtro. Em reação ao movimento, estica o braço no ar e fala: “Ah! Água!” O braço que aponta é parte essencial do símbolo, sem o qual não veicularia informação alguma. Como a criança não lhe pergunta, por impossibilidades desenvolvimentais, “o que é água?” ele não lhe apresenta uma conceito mas cola o símbolo à imagem do filtro que, embora não seja parte do símbolo “água”, passa a denotá-lo e torna a imagem parte do símbolo. Embora o objeto completo de um Símbolo, o seu significado, seja da natureza de uma lei, ele deve denotar um individual e deve significar um caráter (Peirce, 1991). Portanto, para gerar um novo signo capaz de ser compreendido pela criança, o adulto degenera o Símbolo, recria signos menos evoluídos para denotar “água”. Um outro exemplo: uma mulher caminha pelo campo com uma criança, estica o braço no ar e fala: “olhe, um balão!” O braço que aponta é parte essencial do símbolo, sem o qual não veicularia informação alguma. Mas a criança pergunta: “o que é um balão?” e a mulher responder: “é como se fosse uma bolha de sabão”, ela torna a imagem parte do símbolo. Embora o objeto completo de um Símbolo, o seu significado, seja da natureza de uma lei, ele deve denotar um individual e deve significar um caráter (PEIRCE, 1991). Portanto, para gerar um novo signo capaz de ser compreendido pela criança, o adulto degenera o Símbolo.

Efeito do desenvolvimento, nos primeiros meses de vida, o Primeiro é posto em relação com um Segundo (o objeto do signo), que é da ordem da percepção. A criança entra em contato com a consciência de uma interrupção no campo da consciência anterior, precária. Experimenta um sentido de resistência, de um fator externo ou outra

coisa. A concepção da relação procede da consciência dupla ou sentido da ação e reação que é determinada pelo Objeto do signo. No processo de constituição do signo, após várias experiências com o signo “água” colado à imagem do “filtro”, a criança tenta agarrá-lo, na menção de solicitar água, o que é posteriormente abandonada para simplesmente apontar para filtro. O gesto de apontar é um Índice, modalidade de signo cujo caráter é dado pela relação que o representâmen mantém com seu Objeto, se o Objeto for removido, o signo deixa de existir.

Uma progressão regular de um, dois, três pode ser observada nas três ordens de signos. Ícone, Índice e Símbolo. O Ícone (o agarrar) não tem conexão dinâmica alguma com seu objeto que representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas na verdade não mantém conexão com elas.

O Índice (o apontar) está fisicamente conectado com seu objeto; formam, ambos, um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de ser estabelecida. Até aqui a criança está diante de um índice, um fragmento extraído do Objeto, constituindo os dois, um todo ou uma parte desse todo. O Símbolo (a palavra “água” expressa pelo adulto) está conectado ao seu objeto por força da idéia da mente-que-usa-o-signo, sem a qual essa conexão não existiria. O terceiro é pensamento (síntese). Consciência sintética, reunindo tempo, sentido de aprendizado, pensamento. A concepção da mediação origina-se da consciência plural ou sentido de aprendizado. Todos os três tipos de divisão compõem a tessitura da cognição. Um signo tem três referências: primeiro, é um signo para algum pensamento que o interpreta; segundo, o de algum objeto ao qual, naquele pensamento, é equivalente; terceiro, em algum aspecto ou qualidade, que o põe em conexão com seu objeto .

Em síntese, o signo expresso pela criança tem uma relação de contiguidade com o seu referente que é indicial para o adulto e o conduz para a ação de alcançar. Desse modo, a criança passa a controlar uma forma sígnica, aparentemente rudimentar, que resultará, em outro evento, na transmutação do difuso agarrar em gesto de apontar. O sentimento anterior ao agarrar, sensação que antecede toda a ação da criança e do adulto, configura um signo de primeiridade (firstness) na intersubjetividade. O signo que

exprime a sensação através da ação, impulsionando o outro para uma reação, constitui um signo de secundidade (secondness), enquanto que o interpretante deste engendra uma cadeia semiótica, um novo signo de terceiridade (thirdness) no outro.

De fato, não há cognição que não seja determinada por cognições prévias. A transformação de sensações primitivas em sentimentos conscientes apóia-se em mudanças neuroanatômicas: os centros subcorticais que controlam as reações “emocionais” automáticas do bebê subordinam-se ao córtex, o que permite que se desenvolvam as emoções sócio-psicológicas (EKMAN & OSTER, 1979). O substrato biológico é essencial e indispensável para que surjam os fenômenos psicológicos, embora não determinem que eles se desenvolverão.

Vygotsky (1996) exemplifica a antítese entre consciência gerada e as reações orgânicas primeiras, ao expor sobre a atenção. A atenção se transforma de reflexo de orientação simples e involuntário, controlado por objetos do ambiente, em um processo voluntário e consciente. A ostensão é uma forma de atenção que implica obedecer ao que uma outra pessoa aponte, indica ou refere em sua forma natural, primitiva. Estender a ostensão de modo que inclua procedimentos referenciais abstratos, tais como gestos deliberados, ultrapassa seus limites naturais e exige a manutenção do contato social entre duas pessoas, na qual uma delas dirige a atenção da outra para as coisas. O controle filogenético, nesse caso, deve ser afrouxado por meio de mediações para que se desenvolvam as funções psicológicas superiores.

É na intersubjetividade que se dá a evolução e mudança dos meios para orientação e execução de processos de atenção, o domínio desses processos e sua subordinação ao controle humano. A atenção voluntária decorre do esforço das pessoas que rodeiam a criança para orientar a atenção e submetê-la ao seu controle permite o desenvolvimento da atenção voluntária do bebê, responsável pela antecipação de objetos e eventos, ao invés de se limitar a segui-los de maneira reflexa.

Considerações Finais

Na recorrência à análise peirceana, a degeneração do signo de terceiridade possibilita alguma explicitação de como o adulto entra em contato e interpreta a sensorialidade do signo de primeiridade (movimento difuso de agarrar) na criança. Corrobora

a análise de Vygotsky (1989) ao considerar que as funções psicológicas emergem e se consolidam no plano da ação entre sujeitos, isto é, transformam-se não somente na dimensão da ação mas, sobretudo e antes, na dimensão sógnica, simbólica, a ponto de constituir o funcionamento interno do sujeito. A análise peirciana amplia o cunho genético e histórico da interpretação do fenômeno no contexto da semiótica.

Vygotsky (1989) não se detém na interpretação dos sentidos não lingüísticos envolvidos no processo de internalização analisado, mas sustenta como pressuposição que a mediação semiótica extrapola o campo dos signos lingüísticos. A análise que o autor empreende da emergência do apontar é particularmente reveladora, pois ilustra o desenvolvimento de um signo indicial. Não obstante, não aparece na abordagem vygotskiana uma elaboração ou indicação de elementos para a articulação de uma teoria da significação. Há a admissão da existência do sentido, o que instaura a possibilidade de variação da significação do próprio significado no deslocamento deste, em função dos contextos. Pino (1992) adverte, em consonância, que a formulação teórica torna-se carente de expressão da densidade social e histórica que explica as características específicas do conceito de mediação nas sociedades históricas.

Já a análise do processo de internalização, via semiótica peirciana, mostra que o significado de um signo, ou os fenômenos experimentais com ele implicados, é dado pelo alcance que o fenômeno tem sobre a conduta humana e, nesse ponto, conquista uma dimensão social: o significado não é uma idéia que o Signo evoca na mente, mas consequência da conduta que gera nas pessoas. Tal pressuposto coincide com a ideia de enunciação e dialogicidade sustentada por Bakhtin (1991).

Para permitir que a consciência se constitua, por meio da internalização de outros signos, e reflita sobre si mesma, é necessário que o sentido, aquilo que o Signo expressa, o efeito não analisado que foi calculado hipoteticamente para produzir (interpretante imediato) se desenvolva no sentido de atingir um significado, um dado efeito que o signo tem sobre quem o recebeu (interpretante dinâmico) e, elipticamente, desencadear uma soma das lições obtidas através do signo. São resultados capazes de afetar a conduta humana, uma soma dos objetivos do emissor com os produzidos no receptor, transformados (interpretante final).

Dessa forma, a análise peirceana do modelo heurístico do gesto de apontar oferecido por Vygotsky, indica que o processo de internalização é também um ato de significação, uma semiose na qual o interpretante seria uma cadeia infinita de signos ou, ainda, o interpretante seria o signo de um outro signo que estaria no futuro (PEIRCE, 1991).

Notas

1. PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, p. 46.

Referências

BALDWIN, J. M. *Behavior and development in childhood*. NY: Dryden, 1955.

EKMAN, P. & OSTER, H. Facial expression of emotion. *Annual Review of Psychology*, 30, 527-554, 1979.

LEONTIEV, A.N. The problem of activity in psychology". In: Wertsch, J.V. (org.). *The concept of activity in soviet psychology*. Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 1981.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril cultural, 1982.

PEIRCE, C. S. Peirce, vida e obra, in: *Os Pensadores*, São Paulo: Ed. Victor Civita/Abril Cultural, 1980.

PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

PIAGET, J. A. *Epistemologia Genética*. Petrópolis: Vozes, 1971.

PIAGET, J. *A Formação do Símbolo na Criança*. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PINO, A. As categorias do público e do privado na análise do processo de internalização. In *Revista Educação & Sociedade*, 42. Campinas: Cedes, 1992.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. SP: Brasiliense, 1973.

RATNER, C. *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: Aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. SP: Martins Fontes, 2001.

VYGOSTKY, L. S. *A formação social da mente*. SP: Martins Fontes, 1989.

WERSTCH, J. *Voices of the mind: A sociocultural approach to mediated action*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.